

## WASHINGTON LUÍS E A REMODELAÇÃO URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1910

Robson Mendonça PEREIRA<sup>1</sup> - PPG-UNESP/Franca/UEG

O projeto de modernização material desenhado pela elite política paulista na Primeira República, sustentava-se fortemente na economia cafeeira e no mecanismo de valorização desse produto, garantindo um fluxo de capital constante que se multiplicava em associação com empreendimentos ligados à urbanização que favoreceram a capital paulistana.

A premência por reformas transfigurou-se nesse período em um conjunto de intervenções próprias do *hausmannismo*<sup>2</sup>, principalmente na longa gestão do prefeito Antônio da Silva Prado (1899-1910), responsável pelo aparelhamento da cidade de São Paulo ao gosto da plutocracia cafeeira, consolidando sua posição hegemônica no Estado e ao mesmo tempo materializando a riqueza proporcionada pelas receitas de exportação que induziram os primeiros implantes industriais na cidade.

O volume dessas transformações operadas pela administração municipal circunscreveu-se ao miolo central da cidade (vale do Anhangabaú, várzea do Carmo, região da catedral da Sé, etc.), pouco sendo feito pelos bairros operários (Barra Funda, Bom Retiro, Brás, Vila Mariana e outros) que foram surgindo no entorno de áreas alagadas e insalubres próximas às fábricas e cercadas pelas linhas ferroviárias.<sup>3</sup> Por outro lado, foram encetados enormes empreendimentos imobiliários de elite na zona sudoeste, a mais alta e protegida, em contraste com os vetores de crescimento da cidade. Este fenômeno de elitização começou no final dos anos 1870, quando o incorporador Frederico Glette adquiriu nessa mesma área algumas chácaras e as dividiu em lotes onde se edificaram diversos palacetes de famílias tradicionais que formariam o bairro de Campos Elíseos; caso também do bairro de Higienópolis (incorporado por M. Buchard e Victor Nothmann) e da Avenida Paulista, inaugurados no início da década de 1890<sup>4</sup>. Tais empreendimentos se constituíram

em verdadeiros símbolos da segregação social na cidade, anunciando uma nova orientação em seu crescimento: a localização dos setores residenciais finos e privilegiados por amplos investimentos públicos e privados em detrimento de outras áreas.<sup>5</sup>

Até o início da administração de Antônio Prado os serviços públicos na cidade eram dominados por empresas nacionais. Essa situação começou a se alterar com a fundação de uma das empresas mais influentes no crescimento e expansão paulistana, a *The São Paulo Light and Power Co.*, incorporada em 1899 no Canadá, contando com financiamento inglês e pessoal técnico norte-americano. A Light conquistou inicialmente o monopólio da concessão de transportes (bondes elétricos), mas logo depois começou a deslocar seus interesses para a produção e o fornecimento de energia (residencial e industrial). Um tempo depois acabou adquirindo a empresa de telefonia e a de distribuição de gás, contando neste intento com articulações políticas no seio da própria municipalidade.

A Light expandiu suas linhas de bondes para áreas distantes, principalmente para as regiões nobres, iniciando um movimento especulativo que forçou a valorização dos terrenos cobertos por seus investimentos. Nesse ínterim surgiu a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited*, constituída em Londres em 1911 pelo belga Edouard Fontaine de Laveleue, que adquiriu na época — do deputado Cincinato Braga e do loteador Horácio Sabino, então representantes de um grupo de empreendedores paulistas ligados a investidores internacionais — largas extensões de terrenos nos arrabaldes da capital, totalizando 12 milhões de metros quadrados na chamada *Villa América*. Estes empreendimentos especulativos da *City* eram muito mais ambiciosos que os anteriores e acabaram interessando a Light, que estendeu seus serviços de bondes e iluminação elétrica a esses novos bairros, recebendo em troca inúmeros terrenos que alimentavam seu apetite especulativo.<sup>6</sup>

A forte influência do setor privado condicionou os investimentos públicos (estaduais e municipais), determinando os vetores de crescimento privilegiado da capital no sentido de valorização imobiliária contínua. Entre 1912 e 1913, os investimentos dos grupos estrangeiros alcançaram seu auge, havendo de forma concomitante o crescimento da crítica

de caráter nacionalista contrárias as suas manobras e por estarem mancomunados com ilustres figuras do poder no Legislativo e no Executivo.

Se durante a administração municipal de Antônio Prado, os interesses da Light estiveram resguardados apesar de alguns conflitos, isto não pode ser dito do novo prefeito eleito em 1911, o então presidente da Câmara Raymundo Duprat, que parecia desagradar seus diretores, conforme carta enviada pelo diretor Alexander Mackenzie para seu sócio F. S. Pearson em Londres, no dia 1º de agosto daquele ano.<sup>7</sup> Esses mesmos diretores da Light animaram-se com a renovação dos membros da Câmara em 1914 e a possível escolha de um prefeito que estivesse afinado com seus interesses. Esperavam a eleição do ex-secretário de Estado da Justiça e da Segurança Pública Washington Luís.

Essa aposta tinha como fundamento as credenciais do postulante ao cargo, pois Washington Luís, homem de partido e aliado de primeira hora, pertencia à nova geração da máquina política do PRP, e era ainda ligado à alta sociedade das famílias Prado e Penteado, posição-chave que lhe permitia fazer a ponte entre ex-conservadores e ex-liberais, republicanos e monarquistas, perrepistas e dissidentes. Além disso, era reconhecido pelos seus próceres pela competência no exercício de funções administrativas. Após sua desistência em continuar na pasta da Justiça no governo Rodrigues Alves, retornou ao posto de deputado estadual por curto período (1912-1913), quando surgiu a oportunidade de reconstruir sua carreira política à frente da Prefeitura da capital.<sup>8</sup> A escolha foi efetivada por Bernardino de Campos, presidente da Comissão Diretora, nomeação que embutia um objetivo bastante específico: o controle político da cidade pelo PRP.<sup>9</sup>

Ao assumir a Prefeitura de São Paulo no início de 1914, aguardava-o um sem-número de problemas a serem resolvidos, destacando-se o colossal passivo, produto do endividamento exacerbado durante as gestões Antônio Prado e Raymundo Duprat, decorrente de empréstimos onerosos para obras de embelezamento da cidade, com prazo curtíssimo de amortização e juros exorbitantes, efetuados com base na previsão de receita, crescente nessa época. O momento era de retração econômica no setor externo, que entre 1911 e 1914 enfrentou um descenso continuado nas exportações e importações. Era

também um momento ruim para os capitais estrangeiros empregados em empresas de serviços públicos, que começavam a refluir para as matrizes. Estas dificuldades estenderam-se até 1916, quando a municipalidade tomou um empréstimo no exterior com a finalidade de consolidar a dívida existente e melhorar suas condições de pagamento.

A resolução deste grave dilema financeiro permitiu a Washington a possibilidade de prosseguir no andamento de melhoramentos urbanos no centro da cidade, previstos no Plano Bouvard (Parque do Anhangabaú e início das obras na várzea do Carmo, futuro Parque D. Pedro II), assim como de outras melhorias visando ao abastecimento interno, como a constituição de mercados (feiras) livres e a manutenção e abertura de estradas de rodagem, estas mais ligadas às suas experimentações automobilísticas como Secretário de Estado.

As realizações de Washington Luís no campo urbanístico alcançaram menor amplitude se comparadas às intervenções de monta, realizadas nas gestões de Antônio Prado e Duprat. A solução elegante esboçada pelo arquiteto paisagista Bouvard — para contemplar os divergentes interesses envolvidos nos projetos apresentados para os “Melhoramentos de São Paulo” — foi parcialmente abandonada pelo prefeito Duprat, que preferiu investir na transformação da Rua São João em um imenso bulevar.

A retomada do Plano Bouvard na gestão do prefeito Washington — ainda que restrições orçamentárias dificultassem ou paralisassem as obras impedindo sua efetivação plena — considerou, segundo Campos, as tensões sociais iminentes no agressivo processo de urbanização paulistano.<sup>10</sup> Washington amparou suas intervenções na estrutura legada por Duprat: a Diretoria de Obras e Viação e o setor dedicado ao Plano da Cidade, junto ao Escritório Central dirigido pelo engenheiro Vítor Freire.

Em ofício enviado para Câmara Municipal, em 26 de setembro de 1914, o prefeito apresentou o orçamento para o ajardinamento e revestimento da esplanada em frente a catedral em construção, sem deixar de comentar as alterações efetuadas no projeto do Centro Cívico, uma das pedras angulares do Plano Bouvard (correspondendo a segunda seção). A realização desse empreendimento dependia, em largo período, de esforços

congregados do Estado, do Município e da Mitra Arquidiocesana. O custo elevado das desapropriações nas imediações da praça João Mendes para construção da Sé metropolitana, a desistência do governo estadual de construir os edifícios do Palácio da Justiça e do Congresso do Estado nas imediações e a falta de recursos municipais para implantação do Paço Municipal, na quadra formada pelas ruas Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Marechal Deodoro e Senador Feijó, precipitaram a supressão do Centro Cívico, conservando-se somente a Catedral.<sup>11</sup>

No final de 1914 foram aprovadas no orçamento, as verbas para o início das obras do Parque do Anhangabaú e o encaminhamento da realização do parque projetado por Bouvard para várzea do Carmo. A recuperação dessa última área remontava a administração de Antônio Prado em 1909, como parte das medidas concernentes à reurbanização do centro, juntamente com a proposta de retificação do Tamanduateí, cujo canal foi entregue pela Secretaria da Agricultura em abril de 1914.<sup>12</sup>

Tal alvitre facilitou o encaminhamento pelo prefeito à edilidade de dois anteprojetos de embelezamento da várzea, de autoria do arquiteto paisagista E. Francisque Cochet.<sup>13</sup> O parecer das comissões encarregadas optou pela solução apresentada no projeto nº 2 que recomendava a alienação da parte da várzea, permitindo a venda de sobras de terrenos (de 30.000 a 50.000 m<sup>2</sup>) para abrir gasto para a construção das obras planejadas, reduzindo drasticamente o desembolso da municipalidade.<sup>14</sup>

A lei nº 2.057 de 3 de março de 1917 promoveu a abertura de concorrência pública para realização dos serviços, apresentando-se somente uma proposta, que foi rejeitada, realizando-se novo processo com um aumento da ordem de 20 % no orçamento.<sup>15</sup> Vítor Freire constatava pesaroso, que essas complicações decorrentes da situação de crise, atrasavam melhoramentos, considerados essenciais para capital que perdia a oportunidade de se “colocar a testa das aglomerações sul-americanas na trilha que tornou tão justa e indisputavelmente reputadas as administrações municipais alemãs.”<sup>16</sup>

O contrato entre a Diretoria de Obras e a Companhia da Várzea do Carmo, responsável pela realização da obra, somente aconteceu em setembro de 1918, ao final do

mandato de Washington. A essa altura, Cochet introduziu algumas alterações no projeto original em parceria com o engenheiro Antonio de Almeida Braga, prevendo o loteamento do setor Noroeste da várzea, a construção do Palácio das Indústrias, a inclusão de campos esportivos e de um mercado público para substituir o da 25 de Março (o Mercado Municipal seria inaugurado somente em 1938).<sup>17</sup>

O Parque D. Pedro II, entregue inconcluso em meio às comemorações oficiais do Centenário da Independência em 1922, destinava-se a intermediar a ligação do centro com as forças produtivas e sociais emergentes — zona do mercado e comércio popular em direção aos bairros fabris e operários —, servindo como espaço para dissolver conflitos.

Foi em seu segundo mandato, de 1917 a 1919, que Washington desenvolveu melhor seus projetos de modernização com a realização de grandes eventos de impacto, como a Primeira Exposição Industrial de São Paulo e o Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, ambos em 1917, e desfiles cívicos, inauguração da Estrada dos Sentenciados e da Estrada do Vergueiro — esta uma obra de fôlego ligando a capital a Santos.

O envolvimento de Washington com a estética tradicionalista (conhecida no Brasil como neocolonial) teve início nessa época com incentivo a arquitetos, pintores e escultores por intermédio de obras encomendadas, expressando uma tendência nacionalista que começava a se manifestar na produção do meio intelectual paulista, resgatando um mito de origem regional, o do bandeirante, e exaltando suas façanhas, intrepidez, e espírito de aventura que possibilitaram o avanço da fronteira, características que naturalmente justificariam a hegemonia de São Paulo na Nação.

O conjunto de intervenções efetuadas até aquele momento vinculava-se a uma proposta de elitização do espaço público, privilegiando menos os aspectos utilitários e pragmáticos do que a estética, o ambiente e a higiene, voltados à conformação de uma urbe — civilizada materializada na expressão “capital do café” — em tudo: “atraente para os fazendeiros, cômoda para os comerciantes, imponente para seus governantes, vitrine exemplar para imigrantes e visitantes estrangeiros – expressão do avanço material, moral e cultural trazido pelo sucesso da atividade agroexportadora”<sup>18</sup>.

As mazelas sociais decorrentes dessa proposta ficaram evidentes no privilégio dado pela administração municipal à área central e a expansão dos bairros “nobres” da cidade, que passaram a contar com inúmeros melhoramentos e serviços urbanos: calçamento de ruas, bondes, postes de luz elétrica, telefones, edifícios públicos em estilo eclético (neoclássico e renascentista), enquanto uma outra cidade discrepante ficava encoberta por essas realizações: a zona leste com seus bairros industriais (Mooca, Brás, Belenzinho); bairros a ocupar várzeas de rios (Pari, Ipiranga, Barra Funda) ou outros que avizinhavam as áreas centrais (Bexiga, Cambuci, Bom Retiro).

Na administração de Washington, apesar da introdução da concepção da urbanística moderna no Brasil e dos debates que esta suscitou na Escola Politécnica, com discussões sobre a arquitetura neocolonial ou tradicionalista, as intervenções urbanísticas na capital continuaram seguindo a opção formal da elite pelas soluções de inspiração *haussmanniana*, pautada na imagem do “bulevar” (alargamento da Avenida São João) que resultou em uma modernização parcial e incompleta, persistindo a ausência de planejamento. Isto refletiu num quadro mais geral o domínio do setor agroexportador cafeeiro que transformou a capital paulista, por analogia, em uma espécie de “São Petersburgo” dos trópicos, cosmopolita e modernizada.

Um caso excepcional, foi o do arquiteto Vítor da Silva Freire, diretor de Obras da Prefeitura de São Paulo, cargo que ocupou por longo período (1899-1927). Crítico contundente dos bulevares retilíneos, era considerado o introdutor dos princípios de Sitte em São Paulo, tendo influído decisivamente sob vários aspectos nos projetos urbanísticos da Paulicéia, inclusive durante a administração municipal de Washington Luís. Destacou-se como participante ativo em grandes eventos no campo do urbanismo internacional, tornando-se o principal especialista local indicado para debate sobre os “Melhoramentos de São Paulo”.<sup>19</sup>

Como se sabe, com a República as atividades desempenhadas pela administração pública municipal se tornaram mais complexas, passando a exigir dos prefeitos e intendentes um conhecimento técnico mais apurado dos problemas e das

possíveis soluções para os dilemas urbanos imprevistos, o que implicava maior nível de qualificação e competência profissional. Contudo, o PRP, como partido de governo, contava com poucos indivíduos com talento administrativo em seu quadro interno.

A capacidade de Washington Luís de agir em bases sobretudo técnicas, sem deixar de ser um político partidário (governava administrando), foi logo reconhecida e valorizada dentro do partido, o qual apresentava uma nova geração afinada com o discurso em favor da industrialização, das inovações tecnológicas, e especialmente da burocratização estatal que, ao contrário do que se afirmava comumente, nesse período se intensificou.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela UNESP/Franca. Professor assistente – Coordenação de História – Unidade de Ciências Sócio Econômicas e Humanas – Universidade Estadual de Goiás (UEG) – 75.110-390 – Anápolis – Goiás – Brasil.

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 90.

<sup>3</sup> O metrô da Light. In: *HISTÓRIA & ENERGIA*, 3. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p. 5.

<sup>4</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. São Paulo no século XIX. In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. V.II (A evolução urbana). São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1958, pp. 89-91.

<sup>5</sup> CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, p. 75.

<sup>6</sup> PASCHKES, Maria Luísa N. de Almeida. Bondes, terrenos e especulação. In: *HISTÓRIA & ENERGIA* (1 - A chegada da Light). São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, pp. 41-5.

<sup>7</sup> Série Correspondência Expedida Pela Diretoria, Sub-Série nº 34 – A. Mackenzie, Vol. 4, p. 322. *apud*: *HISTÓRIA & ENERGIA*, 3. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p. 20. [traduzido do original em inglês]

<sup>8</sup> DEBES, Célio. *Washington Luís: primeira parte – 1869-1924*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994 (coleção Centenário; 1), pp. 135-7.

<sup>9</sup> CAMPOS, Cândido Malta. *Op. cit.*, pp. 163-5.

<sup>10</sup> CAMPOS, Cândido Malta. *Op. cit.*, p. 163.

<sup>11</sup> Ofício n.429 (26/09). In: RELATÓRIO DE 1914 apresentando á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, pp. 65-6 O projeto de ajardinamento do largo da Sé foi desenvolvido pelo arquiteto paisagista E. F. Cochet.

<sup>12</sup> Ofício nº 213 (8/4). *Idem*, p. 45. O canal se estendia desde a rua Paula Sousa até o Ipiranga, sendo margeado de cada lado pela nova avenida do Estado.

<sup>13</sup> Ofício nº 214 (13/4). *Idem*.

<sup>14</sup> Parecer da Comissão de Justiça nº 55 (30/5/1914). In: ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1914 (1º ano da 8ª legislatura), organizado pelo taquígrafo Manoel Alves de Sousa. São Paulo, 1914., pp. 308-9. A comissão considerava pequena a área que seria ocupada pelo parque (30 hectares), se comparada com os parques europeus, como o *Bois de La Cambre*, em Bruxelas (100 hectares); o *Bois de Vincennes* (730 hectares) e o *Bois de Boulogne*, em Paris (750 hectares); o *Grunweld* e o *Spandau*, em Berlim (5000 hectares).

<sup>15</sup> Ofício nº 469 (18/10). RELATÓRIO de 1917 apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918, p. 100.

<sup>16</sup> Relatório da Diretoria de Obras e Viação. RELATÓRIO de 1917. *Op. cit.*, p. 273.

<sup>17</sup> RAMOS, Roberto Duarte. *Urbanismo e modernidade: São Paulo na Primeira República*. Dissertação (mestrado) em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP. Franca, 1995, pp. 115-6.

<sup>18</sup> CAMPOS, Cândido Malta. *Op. cit.*, p. 76.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 112.